

LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO CURRÍCULO PARA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CASCAVEL

BAUM, Ana
ROCHA, Daiana
THIESEN, Gabriela

RESUMO

Considerando que o termo letramento surgiu no Brasil muito recentemente, pretende-se com este artigo uma melhor compreensão dos conceitos de Alfabetização e Letramento. De forma específica, evidenciar esses conceitos a partir do Currículo para Rede Municipal de Ensino de Cascavel. Utilizamos como aporte teórico estudos como Soares (1998; 2003), AMOP (2007), Brasil (1997; 2006) e Cascavel (2008). Portanto buscou-se a conceituação da Alfabetização e do Letramento, sendo que estes fazem parte do processo histórico dialético da humanidade e do meio de convívio social, pois como futuros docentes se faz necessária a consciência de ir além do alfabetizar, do codificar e decodificar, pois estes conceitos são distintos, indissociáveis e imprescindíveis ao processo de ensino/aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Letramento; Currículos.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento humano e social dos povos primitivos trouxe a necessidade de uma forma de controle no comércio. Os primeiros povos passaram a expressar e representar sua vida cotidiana por meio de um código. Surgem, assim, as primeiras formas de escrita como um divisor de águas na história do homem e da sociedade.

Desde então, viveu-se um tempo marcado pela história e registrado de diferentes formas, e de acordo com cada contexto, a escrita tem sua representação em cada período.

Quando o Brasil ainda era colônia de Portugal, os religiosos europeus que aqui chegaram logo se ocuparam do ensino da leitura e da escrita, conforme Aranha:

Quando o primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, chegou ao Brasil em 1549, veio acompanhado por diversos jesuítas encabeçados por Manuel da Nóbrega. Apenas quinze dias depois, os missionários já faziam funcionar, na recém-fundada cidade de Salvador, uma escola “de ler e escrever” (ARANHA, 2012 p. 140).

Nesse contexto, fizeram da leitura e da escrita um mecanismo de controle e legitimação colonial. Mas os tempos mudam, e a organização em sociedade também, apresentando novas formas de vida, perspectivas e aspirações.

Até a década de oitenta, ouvíamos falar em “alfabetizados” e “analfabetos” (termos coloniais), referindo-se àqueles que aprendiam ler e escrever como alfabetizados, e aos que não apresentam desempenho na apropriação da leitura e da escrita como analfabetos. Esses conceitos não bastaram para representar a realidade e os anseios que vive a atual sociedade grafocêntrica, centrada na escrita. Codificar e decodificar não é o mesmo que saber ler e escrever, e as perspectivas sociais estão além do “ser alfabetizado”, conforme aponta Soares (1999, p. 40) “só recentemente passamos a enfrentar esta nova realidade social em que não basta saber ler e escrever, é preciso também saber fazer o uso do ler e escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente”.

Novas demandas sociais da leitura e da escrita exigiram um novo termo para representar um fenômeno não explicado ou não percebido ou visto anteriormente. Sempre há um novo termo para explicar novos fenômenos. Nesse caso o termo encontrado foi Letramento, palavra ainda não apresentada pelos dicionários e recém introduzida no mundo da educação. Segundo Soares (1999, p. 17) “letramento é uma tradução para o português da palavra inglesa *literacy*”, que representa aquele que não apenas codifica e decodifica. De acordo com a autora supracitada:

Ou seja: a pessoa que aprende a ler e a escrever – que se torna alfabetizada – e que passa a fazer o uso da leitura e da escrita, e envolver-se nas práticas sociais de leitura e de escrita – que se torna letrada - é diferente de uma pessoa que não sabe ler e escrever – é analfabeta – ou, sabendo ler e escrever, não faz o uso da leitura e da escrita – é alfabetizada, mas não é letrada, não vive no estado ou condição de quem sabe ler e escrever e pratica a leitura e a escrita (SOARES, 1999, p. 36).

É necessário que o indivíduo faça uso eficiente da leitura e escrita, tornando essencial que suas habilidades de ler e de escrever sejam incorporadas à vida cotidiana e à prática social. O conceito de Letramento é contemporâneo à atual sociedade, há pouco mais de quarenta anos surgiram os primeiros apontamentos do termo e seu significado. Soares (1999, p. 40) define como:

Um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever, já o indivíduo letrado vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a

leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente as demandas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 1999, p. 40).

Acompanhando o texto, observam-se as diferentes definições: analfabeto: aquele que é privado do alfabeto, não codifica e nem decodifica; o alfabetizado: que desenvolveu a leitura e a escrita, porém, não incorpora no cotidiano; e o letrado: aquele que além de fazer a relação grafema e fonema ou codificar e decodificar, usa a leitura como meio de orientar-se na sociedade e no mundo por meio da prática. A partir dessas especificações, pretendemos analisar a Alfabetização e Letramento a partir do Currículo direcionado à Rede Municipal de Cascavel.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O CURRÍCULO

O Currículo para Rede Pública Municipal de Cascavel é um documento que tem o intuito de atender às perspectivas dos profissionais da Rede Pública Municipal de Ensino, os quais buscavam a elaboração de um currículo próprio. É o resultado de horas de estudo e discussões profissionais dos envolvidos diretamente nos grupos de sistematização, como também as escolas e os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS), por meio de textos introdutórios para leitura, estudos e interferências recebidos pela Secretária Municipal de Cascavel (SEMED).

Segundo Cascavel (2008, p. 4), o trabalho de elaboração do currículo resultou em três volumes específicos: Volume I – Currículo para a Educação Infantil, Volume II – Currículo para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e o Volume III – Currículo para a Educação de Jovens e Adultos – Fase I. A modalidade Educação Especial, com áreas específicas de atendimento está inserida em todos os volumes.

O trabalho de elaboração do Currículo se iniciou em 2004, quando a SEMED juntamente com a equipe pedagógica organizou estudos e discussões acerca de planejar um novo Currículo para a Rede. Com isso, foram realizados, primeiramente, encontros com diretores e coordenadores pedagógicos das escolas públicas municipais, para debates e reflexões.

Conforme Cascavel (2008, p.5):

A conclusão, após esses encontros, foi unânime em relação à necessidade de buscar a unidade de uma concepção teórica para toda a Rede. Entendeu – se que a partir da definição de uma concepção teórica pode – se definir simultaneamente os pressupostos filosóficos, psicológicos, legais e pedagógicos, com o objetivo de superar o ecletismo e buscar melhorias para a educação do município (CASCAVEL, 2008, p. 4).

Segundo Cascavel (2008), no ano de 2005, a equipe pedagógica da SEMED conduziu o trabalho com a Rede, através de um encontro com professores de todas as escola/Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) do município. Partindo desse debate, foi pontuado que o objetivo da escola pública é transmitir conteúdos científicos, visando formar um indivíduo atuante e com consciência crítica, onde a escola tem seu dever quanto a ser pública, universal, laica e gratuita.

O princípio orientador dos fundamentos teóricos do Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná deu-se pelo materialismo histórico-dialético elaborado em 1990, com o objetivo fundamental centrado na compreensão da educação homem e sociedade. A ênfase nesse objetivo é a superação de alguns aspectos trazidos na nova elaboração, visto que é um estudo de vinte anos de formação continuada, o que permite fazê-lo.

O documento está estruturado em três tópicos: No primeiro tópico abordam-se os Fundamentos Teóricos da Educação na Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel, cujos fundamentos explicitam a concepção de homem, sociedade e educação, bem como a produção do conhecimento e a educação como construção social de homem e sociedade, embasado no método materialista histórico-dialético. O segundo tópico expõe os pressupostos teóricos para a educação de pessoas com deficiência. O terceiro e último tópico refere-se à organização curricular, com as seguintes disciplinas: Língua Portuguesa/Alfabetização, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Física, Arte e Língua Estrangeira/Língua Espanhola, com sua concepção, encaminhamento metodológico, conteúdos e avaliação.

É um processo construído em conjunto com o Departamento de Educação da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), que organizaram estudos com representantes das equipes de ensino dos municípios do oeste do Paraná, e deu início às discussões acerca da concepção de homem, sociedade e conhecimento, bem como a função social da escola pública.

O Currículo Básico para a Escola Pública Municipal, elaborado pela Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), doravante designado Currículo Básico da AMOP (2015), baseia-se na educação oferecida nas redes Municipais de Ensino, o qual aborda conceitos acerca das disciplinas ofertadas em toda rede, bem como nos Parâmetros Curriculares

Nacionais (1997), que são uma coletânea de documentos que compõem a grade curricular de uma instituição educativa. Sua função é a de nortear a atividade realizada em sala de aula, como um material elaborado para servir como ponto de partida e consulta para o trabalho do docente, o qual enfatiza a necessidade dos currículos e conteúdos a serem trabalhados para além da simples transmissão de conhecimento, em que as práticas docentes devem direcionar seus alunos para a aprendizagem.

Os PCN'S (1997) apontam ainda que os currículos devem ser seguidos, pois eles apresentam as formas de planejar e de construir metodologias. Tais documentos facilitam o diálogo da teoria/prática, amparam os profissionais e instituições, dando suporte pedagógico para a produção de conhecimento científico.

Segundo Brasil (2016), nessa trajetória, o Plano Nacional de Educação (2014-2024), trouxe também a discussão sobre a necessidade da construção de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que começou a ser discutida no ano de 2015. Tendo como objetivo principal, oferecer subsídios às propostas curriculares, trazendo a preocupação com as especificidades que caracterizam as escolas brasileiras. Conforme Brasil (2016):

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (BRASIL, 2016, p. 7).

A diferença entre os PCN'S e a Base Comum Curricular, se dá ao fato de que os Parâmetros traziam orientações mais generalizadas, e a Base orienta o que deve ser ensinado em cada ano escolar, juntamente com o auxílio no trabalho docente e no direcionamento daquilo que se pretende ensinar na escola.

Portanto os Currículos Municipais utilizam tanto os PCN'S, como também a BNCC como eixo orientador para a sua elaboração. Tendo em vista as concepções de todas as disciplinas, como também a Alfabetização e o Letramento que está especificado dentro da concepção da Língua Portuguesa – Alfabetização.

2.2 ALFABETIZAÇÃO SEGUNDO O CURRÍCULO MUNICIPAL DE CASCAVEL

Segundo Cascavel (2008), o objetivo é alcançar o domínio da linguagem oral e escrita, a fim de assegurar a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo e produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos.

Com base nessa perspectiva, é importante ressaltar também que tanto a escrita, a oralidade, quanto a leitura merecem atenção especial no processo de ensino aprendizagem, a modalidade da escrita exige um esforço maior do aluno. Para isso é necessário que haja uma reflexão sobre o funcionamento dessas modalidades a fim de auxiliar o aluno e o professor no processo de ensinar e aprender, pois tanto o discurso oral como o discurso escrito apresentam diferenças significativas em níveis organizacionais, estrutural e de conteúdo.

Neste Currículo há algumas concepções de linguagens acerca do ensino da Língua Portuguesa, na perspectiva da Alfabetização e do Letramento pelo alfabetizar letrando. Segundo CASCAVEL (2015):

Em relação aos eixos da escrita/produção de texto, oralidade e variedade linguística, leitura, análise linguística e reescrita, entendemos que não devem ser trabalhados separadamente, mas sim de forma articulada, uma vez que um pressupõe o outro (CASCAVEL, 2015, p. 109).

O Currículo Básico da AMOP apresenta como sugestão que o Professor de Língua Portuguesa possibilite ao educando o domínio efetivo da língua padrão, portanto, o ensino desta disciplina deve objetivar a formação crítica do discente e de uso e domínio concreto da língua padrão.

Nesse sentido, o ensino da Língua Portuguesa é efetivado por meio das concepções que envolvem as reflexões sobre as ações na escola que trabalhem a interação verbal e não só atividades de natureza gramatical. Isso se dá ao fato de que a Alfabetização necessita da decodificação e o entendimento da língua, estando interligada ao letramento, trabalhando também com diferentes gêneros textuais.

O Currículo serve como um auxílio ao estudo e trabalho da perspectiva da Alfabetização e Letramento, através da concepção da disciplina de Língua Portuguesa – Alfabetização, a qual

caracteriza a linguagem como um produto da ação humana, tornando possível a representação, tanto do mundo no qual e sobre o qual agem os seres humanos, como também na representação que o ser humano tem de sua ação e de si como sujeito dessa ação. Conforme Cascavel (2008):

O processo de alfabetização deve propiciar ao aluno a compreensão, a análise e a reflexão acerca da língua; assimilando-a por intermédio de produções textuais, bem como por meio de exercícios de análise lingüística, que promovam o conhecimento dos aspectos gramaticais que a compõem. Considerando a complexidade do desenvolvimento da oralidade, da aquisição da leitura e da escrita, cabe ao professor promover situações que envolvam o processo de produção escrita, para que a criança a perceba como uma das possibilidades de representação da linguagem falada. Nesse contexto, o professor precisa propor reflexões ao aluno com o intuito de que este compreenda a escrita como representação; entendendo, também, os efeitos de significação que permeiam essa linguagem (CASCVEL 2008, p. 335).

Perante isso, as propostas práticas e metodológicas em torno da Alfabetização e do Letramento devem ser trabalhadas simultaneamente, pois são indissociáveis e complementares, auxiliando uma a outra. Conforme Cascavel (2015):

A alfabetização e o Letramento têm sido compreendidos, no contexto educacional, como conceitos distintos; porém, indissociáveis. A Alfabetização relaciona-se à aquisição do código escrito, enquanto que o letramento está relacionado ao uso desse código nas relações sociais e, o uso desse código, efetua-se por meio de gêneros, por isso, a importância deles desde o processo inicial de alfabetização (CASCVEL, 2015, p. 104).

De acordo com as informações obtidas através das leituras, alfabetização e letramento são processos de um sistema escrito, e o que os difere é que a alfabetização faz parte de uma instrução formal, escolarizada, diferenciando-se na individualidade de cada sujeito submetido aos processo alfabetizador. O letramento está além alfabetização, usando as habilidades de leitura e escrita para corresponder as demandas sociais, intelectuais e práticas do cotidiano.

3. METODOLOGIA

Quanto aos objetivos específicos do presente trabalho, deseja-se conceituar Letramento e Alfabetização observando seu significado e uso nos diferentes tempos históricos e contextos sociais. Posterior aos conceitos, analisar a Alfabetização e Letramento a partir do Currículo para Rede Municipal de Ensino de Cascavel, a estrutura e formação de um Currículo próprio e suas definições no processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa.

Na introdução é abordada a importância da escrita nos diferentes tempos históricos. A fundamentação teórica, em primeiro momento, tratou da construção do Currículo AMOP, suas intenções e perspectivas. Em segundo momento apresentou as definições de Alfabetização e Letramento e as práticas didáticas que deverão ser utilizadas no processo. As considerações finais apresentarão as definições de ambos os conceitos de acordo com o Currículo da Rede Pública Municipal de Cascavel.

Em relação à metodologia, tem-se uma pesquisa bibliográfica independente, elaborada com base em material já publicado, que de acordo com Gil (2010) é elaborada com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinado assunto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos referentes à Alfabetização e ao Letramento, observa-se que os primeiros povos passaram a representar sua vida cotidiana através de códigos, surgindo então as primeiras formas de escrita. Contemporâneo a nós, logo depois da chegada dos Europeus à América, a escrita funcionava enquanto mecanismo de controle e legitimação colonial. Na medida em que a sociedade tem novas perspectivas e apresenta mudanças nas estruturas sociais, a escrita tem diferentes significados. Ora enquanto meio de catequização, em outro momento para dar ao mercado de trabalho mão de obra mais qualificada, posteriormente com a finalidade de erradicar o analfabetismo, seguindo e atendendo sempre às aspirações sociais.

Podemos definir a Alfabetização e o Letramento como um processo de aquisição da língua (oral e escrita), como também um processo de desenvolvimento (oral e escrito). Se faz necessário, então, que o indivíduo faça uso eficiente da leitura e escrita para que suas habilidades de ler e de escrever sejam incorporadas à vida cotidiana e à prática social. Conforme Soares (2003):

A alfabetização, além de representar fonemas (sons) em grafemas (letras), no caso da escrita e representar os grafemas (letras) em fonemas (sons), no caso da leitura, os aprendizes, sejam eles crianças ou adultos, precisam, para além da simples codificação/decodificação de símbolos e caracteres, passar por um processo de “compreensão/expressão de significados do código escrito” (SOARES, 2013, p. 16).

Pode-se, assim, conceituar que a Alfabetização é a aquisição do sistema alfabético e ortográfico, já o Letramento é o desenvolvimento de habilidades do uso da linguagem escrita.

Nesse contexto, a alfabetização é entendida como uma técnica que tem como objetivo ensinar a ler e escrever de maneira coerente, já o letramento se trata da habilidade de fazer o uso da leitura e escrita não só na escola, mas em outros espaços sociais. Assim, alfabetizar e letrar são interdependentes, precisando estar bem articulados através de planejamentos para que possam trazer benefícios para uma aprendizagem significativa e eficaz.

Tendo em vista o Currículo para Rede Pública Municipal de Cascavel (2008), documento cujo intuito é de atender às perspectivas dos profissionais da Rede Pública Municipal de Ensino e o Currículo Básico da AMOP (2015), pesquisou-se a respeito da Alfabetização e Letramento dentro da disciplina de Língua Portuguesa, onde está inserido. Segundo Cascavel (2008):

É necessário observar que apesar da importância da escrita, o discurso oral adquire certa hegemonia nas práticas pedagógicas na sala de aula. Contudo, é preciso lembrar que tanto a escrita quanto a oralidade e a leitura merecem atenção especial no processo de aprendizagem. Sendo que a modalidade escrita exige um esforço maior do aluno, para isso se faz necessária uma reflexão sobre o funcionamento dessas modalidades que podem auxiliar o aluno e o professor no processo de ensinar e de aprender, pois tanto o discurso oral como o discurso escrito apresentam diferenças significativas em níveis organizacional, estrutural e de conteúdo (CASCAVEL, 2008, p. 328).

Ao estudar estes Currículos entorno da perspectiva da Alfabetização e do Letramento, observa-se as diferenças entre a linguagem oral e a linguagem escrita, visto que a primeira depende de um contexto de interação, ou seja, necessita de envolvimento social face a face, já a segunda não depende da relação presencial entre o leitor e o escritor. Desse modo, deve ser clara, concisa, permitindo a compreensão mesmo na ausência do autor do registro escrito.

Conforme Cascavel (2008), ao se efetivar o ensino da Língua Portuguesa sob essa concepção, faz-se necessário refletir sobre ações na escola que favoreçam a interação verbal e não apenas atividades de cunho gramatical. Sendo que a alfabetização perpassa a decodificação e o entendimento da estrutura da língua, pois é nesse momento em que podemos perceber que a alfabetização está interligada ao letramento.

Conclui-se que todas as reflexões feitas acerca da Alfabetização e do Letramento, analisadas sob a perspectivas dos Currículos, se baseiam em fundamentações teóricas que separam a linguagem oral e a linguagem da escrita, com propostas de atividades que permitem melhores aprendizados por meio de práticas pedagógicas que dependem do esforço de todos os envolvidos na educação e, também, no meio social, uma vez que as práticas de alfabetização associadas ao letramento demonstram uma forma de ferramenta que o professor poderá utilizar

com o aluno, mostrando-o um olhar diferenciado para aquilo que o cerca em seu meio de convívio social.

REFERÊNCIAS

AMOP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ. **Currículo Básico para a Escola Pública Municipal: Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais**. Cascavel, PR: ASSOESTE, 2007. Disponível em: <<http://governomunicipal.com.br/media/ouroverdedooeste.pr.gov.br/doc/a9c995e83b995ad8d34f8cefc1b4e86e.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2019.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 29 set. 2019.

CASCAVEL-PR, Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel**: volume II: Ensino Fundamental – anos iniciais. Cascavel: Ed. Progressiva, 2008. Disponível em: <http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/09072009_curra_culo_para_rede_publica_municipal_de_ensino_de_cascavel_-_ensino_fundamental_-_anos_iniciais.pdf>. Acesso em 29 set. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: atlas, 2010.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento: as muitas facetas**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2 Ed. Belo Horizonte: Autentica, 1998.